Organização política da agricultura

LUIZ ANTÔNIO PINAZZA

O Fórum Nacional da Agricultura, criado pelo presidente Fernando Henrique há um ano, é a grande oportunidade para se analisarem as diversas cadeias do agribusiness brasileiro, buscando novas formas de desenvolvimento.

Independentemente dos níveis de desenvolvimento e por diferentes razões, até a década de 90, os governos foram pródigos em promover intervenções na agricultura.

Nos países ricos, essas intervenções ou buscavam a segurança alimentar (em face das dificuldades impostas pela II Grande Guerra e das ameaças do período da Guerra Fria); ou tencionavam ajudar a população ligada à agricultura em períodos de dificuldade econômica, como na Grande Depressão e no pós-guerra; ou ainda surgiam para atender às pressões de grupos organizados do setor agrícola — o agribusiness, por exemplo.

Já nos países em desenvolvimento, ocorreram intervenções para retirar do setor agrícola os recursos considerados excedentes (tanto capital como mão-de-obra), que trariam maior retorno em outras atividades e, por conseguinte, seriam mais efetivos para o desenvolvimento das nações.

Nos dias de hoje, em função do alto custo das políticas agrícolas, os tomadores de decisões passaram a crer cada vez mais que as forças de mercado têm mais capacidade para direcionar a agricultura do que as ações governamentais.

Em países desenvolvidos, a inciativa privada ganha espaço em pesquisa e extensão agrícolas (principalmente onde existem leis de proteção de cultivares), e na oferta de crédito e seguros para a produção. Do mesmo modo, as bolsas de futuros e outros mecanismos que reduzem os riscos de mercado diminuem significativamente a necessidade de intervenções governamentais.

Contudo, existem evidências claras de atividades rurais em que o mercado não consegue suprir em quantidades ótimas todos os bens e serviços necessários a um funcionamento eficiente. Desse rol podem fazer parte:

- a pesquisa e a extensão rural;
- a educação básica (primária e secundária), incluindo treinamento que possibilite a adaptação do trabalhador rural ao emprego industrial;
- a disseminação da informação (principalmente de mercado) no setor agrícola;
- o suplemento de uma estrutura de atendimento à saúde para os habitantes do meio rural; e
- a criação de infra-estrutura nas áreas rurais.

O Brasil convive com uma realidade muito particular na agricultura. De um lado, há um setor muito eficiente e produtivo, com um agribusiness firmemente consolidado, em pé de igualdade em termos tecnológicos, gerenciais e competitivos com o que há de melhor no mundo. De outro, surgem atividades que ou ainda carecem da ação do Estado, retardatário no processo de modernização, ou ainda são pouco atraentes para a iniciativa privada. Num cenário assim, que modelo deve o país adotar?

A tarefa prioritária é a construção de um canal de comunicação entre governo e iniciativa privada, em que agricultura e agribusiness locais possam encontrar sinergia e compor trabalhos conjuntos. Não há mais tempo e espaço a perder com esforços isolados, paralelos e localizados.

A Farm Bill, aprovada pelo Congresso dos EUA para o período de 1996 a 2002, determinou a criação de grupos de trabalho para traçar estrategicamente a agricultura e o agribusiness daquele país (ver *Agroanalysis* de julho de 1997). Os norte-americanos estão fazendo seu dever de casa, mesmo tendo a mais poderosa agricultura, tanto do ponto vista do mercado doméstico como do internacional. Lá, a articulação entre governo e iniciativa privada é exemplar. Precisamos fazer o nosso *benchmarking* e seguir esse mesmo caminho.

Assim, a grande oportunidade para focalizarmos os trabalhos deve ser o Fórum Nacional da Agricultura, criado pelo presidente Fernando Henrique, em setembro do ano passado, para tratar em sua totalidade as diversas cadeias do agribusiness brasileiro, buscando soluções, alternativas e formas de desenvolvimento.

O fórum é presidido pelo Ministério da Agricultura e está dividido em duas coordenações: a pública, dirigida pelo se-

LUIZ ANTÔNIO PINAZZA é gerente de negócios da Agroceres e diretor do Instituto de Estudos do Agribusiness da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag).

AGROANALYSIS

PUBLICIDADE

GERENTE COMERCIAL
Carlos Henrique T. Miranda
E-mail: caique@fgv.br
Tel.: (021) 536-9269
Fax: (021) 536-9207

SÃO PAULO
Mix Midia Comunicações Ltda.
Nilson Trivelli
Caixa Postal 21.109
CEP: 04698-970
Tel. e fax: (011) 3061-9754

BRASÍLIA
Letra & Arte Com. Repres. Ltda.
Deusa Ribeiro
SHIN — QI 8, CJ 3, Casa 17 Lago Norte
CEP: 71520-230
Tel.: (061) 226-5326
Fax: (061) 226-1824

RIO DE JANEIRO E DEMAIS ESTADOS
MCE Empresarial Ltda.
Igor Lima de Freitas
Av. Nilo Peçanha, 155 sala 423
CEP: 25010-140
Tel. e fax: (021) 240-8521

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
IBRE

cretário-executivo do Ministério, Ailton Barcelos, e a empresarial, sob o comando do presidente da Aliança Cooperativa Internacional, Roberto Rodrigues. Divide-se em 35 grupos temáticos, como açúcar e álcool, agricultura familiar, agricultura sustentável, algodão, apicultura, armazenagem, avicultura e suinocultura, cacau, café, capacitação, cesta básica, citricultura, comercialização, comunicação, crédito, defesa sanitária, educação, fruticultura, insumos, leite, madeira, mecanização, Mercosul, milho/soja/sorgo, organização e extensão rural, ovino/caprinocultura, pecuária de corte, pescado, política fundiária, seguros, seringueira, tecnologia, tributação, trigo e viticultura.

Cada grupo é formado por um coordenador e representantes de cada cadeia produtiva, da produção ao consumo ou exportação, passando por comércio, serviços e indústria. A operacionalização desses grupos deve ser no sentido de que as sugestões de políticas para cada setor sejam encaminhadas ao governo pelas respectivas entidades representativas.

Os grupos temáticos têm como braço operacional o Núcleo Gestor Empresarial, formado por convênio entre a Associação Brasileira de Agribusiness (Abag) e o Ministério da Agricultura. O núcleo é formado por uma equipe multidisciplinar, que é responsável pela implementação:

- *do processo de mobilização* — que atua no conceito de rede, interagindo entre os níveis local, regional e institucional, com o objetivo de desenvolver uma visão de futuro, engajamento cívico e compromisso, para a construção de um Brasil moderno, justo, ético e competitivo;

- *da logística da informação* — através do Radar, que é um processo informatizado de apoio à decisão e à negociação, organizado na forma de condomínios de informação, garantindo efetivo sigilo das informações e baixo custo operacional.

Os próximos passos do fórum

Na IV Reunião Conjunta, que aconteceu em São Paulo, em 23 de julho, os coordenadores dos grupos de trabalho apresentaram uma síntese dos relatórios de seus grupos, buscando informar às bases de cada cadeia de negócios o estágio atual dos trabalhos e obter delas as necessárias contribuições, e identificar eventuais interseções ou divergências entre os posicionamentos.

Está previsto um encontro dos coordenadores do fórum com o presidente da República, em 31 de outubro próximo. Até lá, os diversos grupos estarão empenhados na elaboração de um documento final que, para o coordenador empresarial Roberto Rodrigues, "deverá ser harmonioso, coerente e consistente". Depois do encontro, caberá às entidades representativas dos diversos ramos do agribusiness, em entendimento com as autoridades governamentais, buscar formas de implementação das proposições nascidas no fórum.